

ESTABELECIMENTO CENTRAL DE TRANSPORTE/RJ

Termo de Referência 25/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2025	160321-ESTABELECIMENTO CENTRAL DE TRANSPORTE/RJ	MATHEUS MENDES MOTA	02/10/2025 15:32 (v 0.15)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64533.001477/2025-33

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço para eventual contratação do serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), , para complementar às necessidades às atividades de logística realizadas pela Base de Apoio Logístico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Tipo	Qtd	Preço Unitário Médio	Preço Médio Total
1	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro /RJ e destino na Cidade de Nova Santa Rita/RS . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	29.066,99	174.401,94
2	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro /RJ e destino na Cidade de Nova Santa Rita/RS . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	4	30.855,30	123.421,21
3	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro /RJ e destino na Cidade de Curitiba/PR . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	24.191,61	145.149,66
	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro			

4	/RJ e destino na Cidade de Curitiba/PR. Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	5	17.698,49	88.492,46
5	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro /RJ e Destino na Cidade da Salvador/BA . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	14.710,14	88.260,86
6	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro /RJ e destino na Cidade da Salvador/BA . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	14.927,32	89.563,92
7	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro /RJ e destino na Cidade de Recife/PE . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Deverão constar nos preços e à cargo da licitante todos os custos inerentes ao serviço, tais como taxas, tarifas, impostos, seguros da carga e demais que se fizerem necessários para a execução do objeto.	8	13.914,76	111.318,05
8	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro /RJ e destino na Cidade de Recife/PE . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	4	45.569,38	182.277,52
9	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro /RJ e destino na Cidade de Belém/PA . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	8	51.901,90	415.215,22
10	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro /RJ e destino na Cidade de Belém/PA . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	4	53.205,56	212.822,23
11	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro /RJ e destino na Cidade de Fortaleza/CE . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	5	13.860,24	69.301,20
	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por			

12	cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro/RJ e destino na Cidade de Fortaleza/CE . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	15.310,09	91.860,51
13	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro/RJ e destino na Cidade de Manaus/AM . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	16	19.262,68	308.202,80
14	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade do Rio de Janeiro/RJ e destino na Cidade de Manaus/AM . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	8	20.022,68	160.181,40
15	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na Cidade de Nova Santa Rita/RS e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	25.775,07	154.650,39
16	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na Cidade de Nova Santa Rita/RS e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	4	23.571,38	94.285,53
17	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade de Curitiba/PR e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	13.889,34	83.336,06
18	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade de Curitiba/PR e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	16.436,99	98.621,96
19	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade da Salvador/BA e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	15.245,40	91.472,40

20	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade da Salvador/BA e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	17.843,80	107.062,80
21	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade de Recife/PE e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	8	11.838,39	94.707,12
22	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade de Recife/PE e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	14.704,42	88.226,49
23	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade de Belém/PA e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	8	50.423,59	403.388,70
24	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade de Belém/PA e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	4	53.387,08	213.548,32
25	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade de Fortaleza/CE e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	10	11.440,10	114.401,03
26	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade de Fortaleza/CE e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 40 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	6	14.403,60	86.421,62
27	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade de Manaus/AM e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 20 PÉS. Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos	16	9.471,51	151.544,16

	os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.			
28	serviço de transporte interestadual multimodal de carga (rodoviário e marítimo por cabotagem), tipo PORTA A PORTA com origem na cidade de Manaus/AM e destino na Cidade do Rio de Janeiro/RJ . Em CONTAINERS 40 PÉS . Conforme endereços constantes no item 5.2 e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.	8	12.736,97	101.895,74
TOTAL				4.144.031,27

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que, embora o serviço objeto desta contratação não possua uma frequência fixa ou regular, sua necessidade ocorre de forma recorrente ao longo do exercício, conforme demanda das áreas usuárias. Trata-se, portanto, de um serviço de natureza continuada, essencial para a manutenção das atividades institucionais, cuja execução deve estar disponível sempre que houver necessidade. A contratação por período determinado permite resposta ágil e eficiente às solicitações, evitando a fragmentação contratual e assegurando economicidade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando princípios da **eficiência, economicidade, razoabilidade e continuidade do serviço público**.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de **01 ano** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até **10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. O serviço a ser contratado consta no CATSER (Catálogo de Serviços) com o código 3204.

1.9. O serviço a ser contratado por meio deste Pregão Eletrônico não se enquadra como atividade de custeio, nos termos do Art. 2º, da Portaria ME nº 7.828/2022.

1.10. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000, nº 242/1998 e a legislação superveniente e correlata;

4.1.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes; e

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será realizada pela Administração a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **45%** (quarenta e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.3.2. A subcontratação é admitida no percentual que se julga cabível dada a justificativa técnica e/ou econômica em virtude da execução do serviço poder envolver transportes multimodais, para localidades distintas, com a possibilidade de interação com terceiros, como armadores, entidades portuárias e outros.

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8. A Contratada apresentará, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a **5 % (cinco por cento) do valor total do contrato**, com validade durante a execução do contrato e **90 (noventa) dias** após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

4.8.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

4.8.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

4.9 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.9.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

4.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

4.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.16. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17. Será considerada extinta a garantia:

4.17.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.17.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

Vistoria

4.20. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista sua natureza, pois que o mesmo se dará em diversos locais portuários e rodoviários do território nacional, conforme descrito no Item 1.1., cabendo à contratada garantir o fiel cumprimento dos estabelecido em contrato e considerar todos os riscos envolvidos quando da formulação de sua Proposta.

Seguro da Carga

4.21. O seguro da carga transportada em todas as etapas do serviço, compreendendo o transporte **rodoviário e aquaviário, porta a porta**, será de **responsabilidade exclusiva da contratada**, não gerando qualquer ônus adicional à Administração.

4.22. A contratada deverá apresentar, ao início da execução de cada ação contratual motivada pela emissão de nota de empenho, no prazo de 05 dias úteis, sendo franqueado seu acesso às informações necessárias para cotação, a **apólice ou certificado de seguro vigente**, abrangendo, no mínimo:

4.22.1 **Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTRC)** e equivalente para transporte aquaviário;

4.22.2 **Responsabilidade Civil Facultativa por Desaparecimento de Carga (RCF-DC)**, quando aplicável, abrangendo roubo, furto qualificado e apropriação indébita;

4.22.3 Cobertura de **danos ou avarias** ocorridos durante o percurso multimodal, incluindo transbordos, movimentações portuárias e armazenagem temporária.

4.23. A cobertura securitária deverá corresponder ao **valor integral da carga transportada**, limitado a até **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por container ovado**, em cada operação de transporte.

4.24. O não atendimento a esta obrigação implicará em descumprimento contratual, sujeitando a contratada às penalidades cabíveis, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos.

4.25. A Administração poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação da vigência e adequação da apólice de seguro durante a execução do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: *até no mínimo 05 dias da emissão da ordem de serviço ou data posterior a critério da CONTRATANTE*.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Para o Serviço Transporte Interestadual Multimodal De Carga (Rodoviário E Marítimo Por Cabotagem) Porta A Porta Deverá:

5.1.2.1.1. Com a contratação, espera-se que o fluxo de transporte de encomendas e cargas entre os Órgãos Provedores (OP) seja estabelecido de forma contínua. Impactando, assim, na eficiência e celeridade da distribuição dos suprimentos por parte da Base de Apoio Logístico.

5.1.2.1.1.1. **Será adotada a sistemática de logística Porta a Porta:** a Contratada deverá coletar a carga diretamente da Contratante, sendo responsável por todas as atividades até a entrega no destinatário. Nesse sentido, a Contratada será responsável pelas seguintes atividades: coleta da carga; ovação do contêiner; armazenamento, se necessário; transporte rodoviário entre o endereço de coleta e o porto de origem; transporte marítimo por cabotagem, incluindo-se todas as ações necessárias perante os terminais portuários de origem e destino, armador, autoridades fiscais e órgãos do controle; transporte rodoviário entre o porto de destino e o destinatário final; bem como retirar o contêiner vazio após o descarregamento.

5.1.2.1.2. Para que isso ocorra, a empresa deverá realizar Transporte logístico de carga intermodal (rodoviário e marítimo por cabotagem) na modalidade porta a porta; este serviço deverá ser prestado com a seguinte dinâmica:

5.1.2.1.2.1. A execução do serviço inicia-se com a emissão da Requisição de Transporte de Carga - RTC (Anexo IV), pela CONTRATANTE, autorizando a realização do serviço. O serviço persiste durante todo o período em que a carga estiver sob a guarda da CONTRATADA, e termina com a entrega ao destinatário indicado pela CONTRATANTE

5.1.2.1.2.1.1. A Administração formalizará o pedido encaminhando por e-mail à Contratada uma Requisição de Transporte de Carga (RTC) contendo as informações necessárias para a prestação do serviço.

5.1.2.1.2.1.2. Em até 5 (cinco) dias úteis após o encaminhamento da RTC, a Contratada deverá apresentar as possibilidades de embarque, de acordo com os itinerários dos armadores e a disponibilidade de contêineres e as documentações elencadas nos itens 4.33. a 4.37.

5.1.2.1.2.1.3. Após a Administração decidir pela melhor alternativa, a Contratada deverá adotar todas as ações necessárias para a prestação do serviço.

5.1.2.1.2.1.4. A ovação da carga deverá ser previamente agendada com a Administração.

5.1.2.1.2.1.5. A partir da coleta do contêiner pela Contratada no transporte “porta a porta”, ou da entrega deste no terminal portuário pela Administração para os casos de transporte “porto a porta” ou “porto a porto”, deverá ser atendido o prazo para entrega no destino de acordo com o item 15 deste Termo de Referência.

5.1.2.1.2.1.6. Nos transportes “porta a porta” e “porto a porta”, a Contratada deverá utilizar o transporte por cabotagem até o porto mais conveniente para a entrega no destino e realizar o transporte rodoviário entre o porto de destino e o destino final.

5.1.2.1.2.1.7. A Contratada poderá utilizar os serviços de qualquer armador que opere no território nacional, desde que atendidos os requisitos contidos neste Termo de Referência.

5.1.2.1.2.1.8. Caso as possibilidades de embarque apresentadas pela Contratada não atendam à necessidade da Administração, poderão ser realizadas diligências a fim de averiguar as alegações apresentadas.

5.1.2.1.2.1.8. A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação (telefone, WhatsApp e e-mail) aberto durante o período de: segunda à sexta das 09:00 horas às 16:30 (Horário de Brasília) horas para que a CONTRATANTE possa entrar em contato e enviar a RTC;

5.1.2.1.2.2. A CONTRATADA deverá realizar a retirada do material durante o expediente das conforme necessidade, no Depósito Central de Munição (D C Mun), no Batalhão Central de Manutenção e Suprimento (BCMS), no Batalhão de Manutenção e Suprimento de Armamento (BSA), no 1º Depósito de Suprimento (1º D Sup), no Estabelecimento Central de Transporte (ECT), na Base de Apoio Logístico (Ba Ap Log), no 6º Depósito de Suprimento (6º D Sup), no 8º Batalhão de Suprimento de Selva (8º B Sup SI), no 12º Batalhão

de Suprimento (12º B Sup), no 7º Depósito de Suprimento (7º D Sup), no 10º Depósito de Suprimento (10º D Sup), no 5º Batalhão de Suprimento (5º B Sup) e no 3º Batalhão De Suprimento (3º B Sup) das 08:00 horas às 16:00 horas de segunda a sexta, observando o horário local.

5.1.2.1.2.3. Após o recebimento da RTC e **liberação de transporte por parte do gestor de contrato**, a CONTRATADA deverá atender à solicitação de transporte (coletar o material) em **até 24h (vinte e quatro horas)**;

5.1.2.1.2.4. Na tabela abaixo constam os prazos em dias corridos contados entre a coleta da carga e a entrega no destino:

DESTINO	PORTA A PORTA
6º Depósito de Suprimento (6º D Sup)	15 dias
8º Batalhão de Suprimento de Selva (8º B Sup SI)	11 dias
12º Batalhão de Suprimento (12º B Sup)	18 dias
7º Depósito de Suprimento (7º D Sup)	11 dias
10º Depósito de Suprimento (10º DSup)	11 dias
5º Batalhão de Suprimento (5º B Sup)	5 dias
3º Batalhão De Suprimento (3º B Sup)	8 dias
Base de Apoio Logístico e suas OMDS	15 dias

5.1.2.1.2.5. A CONTRATADA ou seu preposto, no ato do recebimento da carga/volume, deverá lançar ressalvas no documento comprobatório do recebimento da carga se:

5.1.2.1.2.5.1. Julgar inexata a descrição da carga feita pelo expedidor; e

5.1.2.1.2.5.2. A carga ou volume não estiver em perfeitas condições físicas, de acordo com as necessidades peculiares ao transporte a ser realizado.

5.1.2.1.2.6. Para todos os efeitos legais, a carga será considerada entregue após seu recebimento pela Comissão de Recebimento do Serviço, devidamente designada pela CONTRATANTE, em bom estado, sem protesto e em conformidade com a documentação descritiva do material transportado.

5.1.2.1.2.7. No ato de entrega da carga à CONTRATADA, o responsável pela retirada da carga assinará a Requisição de Transporte de Carga (RTC) que acompanha a referida carga e enviará este documento, de forma eletrônica para a CONTRATANTE.

5.1.2.1.2.8 No caso de dano ou avaria, será lavrado o Termo de Avaria Circunstanciado (Anexo C), assegurando-se às partes interessadas odireito de vistoria, de acordo com a legislação aplicável, sem prejuízo da observância das cláusulas do contrato de seguro, quando houver.

5.1.2.1.2.9 O atraso na entrega ocorre quando as mercadorias não forem entregues dentro do prazo, de acordo com o destino e origem, conforme estabelecido no Item 5.1.2.1.2.4. deste Termo de Referência.

5.1.2.1.2.10 A responsabilidade da CONTRATADA compreende o período entre o instante do recebimento da carga e a ocasião da sua entrega ao destinatário.

5.1.2.1.2.11 A responsabilidade da CONTRATADA cessa quando do recebimento da carga pelo destinatário, sem protestos ou ressalvas.

5.1.2.1.2.12 Caso haja necessidade, e somente após autorização da CONTRATANTE, a carga poderá pernoitar no depósito da empresa, aguardando pelo embarque.

5.1.2.1.2.13 A responsabilidade da CONTRATADA por prejuízos resultantes de perdas ou danos causados às mercadorias é limitada ao valor declarado pela CONTRATANTE, acrescido dos valores do frete e do seguro correspondentes conforme itens 4.33. a 4.37.

5.1.2.1.2.14 O valor dos materiais transportados será o indicado pela CONTRATANTE na respectiva documentação descritiva.

5.1.2.1.2.15 O protesto por avaria deverá ser feito pela CONTRATANTE dentro do prazo de até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da carga.

5.1.2.1.2.16 O protesto por atraso deverá ser feito pela CONTRATANTE dentro do prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento previsto neste Termo.

5.1.2.1.2.17 O protesto far-se-á comunicação formal e escrita, emitida pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA.

5.1.2.1.2.18 Não havendo protesto, qualquer ação somente será admitida se fundada em dolo da CONTRATADA após a emissão da RTC, conforme o caso.

5.1.2.1.2.19 Com a emissão do CONHECIMENTO DE TRANSPORTE, pela CONTRATADA ou seu preposto, a CONTRATADA assume perante o CONTRATANTE a responsabilidade:

5.1.2.1.2.19.1 pela execução dos serviços de transporte de cargas, por conta própria ou de terceiros, do local em que as receber até a sua entrega no destino;

5.1.2.1.2.19.2.pelos prejuízos resultantes de perda, extravio, furto, danos ou avaria as cargas sob sua custódia, assim como pelos prejuízos decorrentes de atraso em sua entrega; e

5.1.2.1.2.19.3. pelos danos e prejuízos causados a terceiros.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguinte endereços:

5.2.1 ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

a. 1º Depósito de Suprimento (1º D Sup):

- CNPJ: 00.394.452/0324-80; e
- Endereço: R. Dr. Garnier, 390 - Rocha, Rio de Janeiro - RJ, 20975-000.

b. Batalhão Central de Manutenção e Suprimento (BCMS):

- CNPJ: 09.615.726/0001-03; e
- Endereço: Estr. São Pedro de Alcântara, 3506 - Magalhães Bastos, Rio de Janeiro - RJ, 21735-210.

c. Batalhão de Manutenção e Suprimento de Armamento (BMSA):

- CNPJ: 09.654.737/0001-00; e
- Endereço: R. João Vicente, 2135-2151 - Deodoro, Rio de Janeiro - RJ, 21610-211.

d. Depósito Central de Munição (D C Mun):

- CNPJ: 09.586.924/0001-96; e
- Endereço: Estrada RJ-127, km 6 s/n - Cabral, Paracambi - RJ, 26600-000.

e. Estabelecimento Central de Transportes (ECT):

- CNPJ: 10.207.820/0001-02; e
- Endereço: R. Monsenhor Manuel Gomes, 82 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, 20931-670.

f. Comando da Base de Apoio Logístico (Ba Ap Log):

- CNPJ: 11.301.360/0002-20; e
- Endereço: Av. Brasil, 25540 - Deodoro, Rio de Janeiro - RJ, 21615-335.

5.2.2. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:

3º Batalhão De Suprimento (3º B Sup) em Nova Santa Rita:

- CNPJ: 09.548.328/0002-00; e
- Endereço: Av. Getúlio Vargas, Nova Santa Rita - RS, 92480-000

5.2.3. ESTADO DO PARANÁ:

5º Batalhão de Suprimento (5º B Sup) em Curitiba:

- CNPJ: 10.342.197/0001-09; e
- Endereço: Av. Silva Jardim, 110 - Rebouças, Curitiba - PR, 80230-000.

5.2.4. ESTADO DA BAHIA:

6º Depósito de Suprimento (6º D Sup) em Salvador:

- CNPJ: 10.438.556/0001-18; e
- Endereço: R. Gamboa de Cima, S/N - Dois de Julho, Salvador - BA, 40060-008.

5.2.5. ESTADO DE PERNAMBUCO:

7º Depósito de Suprimento (7º D Sup) em Recife:

- CNPJ: 09.547.338/0001-32; e
- Endereço: R. Gen. Estilac Leal, 439 - Cabanga, Recife - PE, 50090-450.

5.2.6. ESTADO DO PARÁ:

8º Batalhão de Suprimento de Selva (8º B Sup SI) em Belém:

- CNPJ: 09.613.461/0001-04; e
- Endereço: Av. Arthur Bernardes, 8400 - Pratinha, Belém – PA, 66825-000.

5.2.7. ESTADO DO CEARÁ:

10º Depósito de Suprimento (10º D Sup) em Fortaleza:

- CNPJ: 00.394.452/0333-70; e
- Endereço: Rua Marechal Bittencourt, 100 - Dias Macedo, Fortaleza - CE, 60860-275.

5.2.8. ESTADO DO AMAZONAS:

12º Batalhão de Suprimento (12º B Sup) em Manaus:

- CNPJ: 00.394.452/0335-32; e
- Endereço: R. Mal. Bittencourt, 55 - Compensa, Manaus - AM, 69029-160.

5.3 Tendo em vista a natureza do objeto, onde caracteriza-se pelo funcionamento ininterrupto dos terminais de caraga rodoviários e portuários, os serviços poderão ser prestados a qualquer horário, desde que previamente coordenado entre as partes e afiançado pela contratante

Especificação da garantia do serviço

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Cargas a serem transportadas

5.6. Serão transportadas pela Contratada as seguintes cargas:

5.6.1. . Em contêineres do tipo dry: os materiais podem ter características diversas inclusive materiais de emprego militar como fardamentos, equipamentos, coletes, capacetes, munição, explosivos, componentes de aeronaves, materiais químicos, graxas, óleos, lubrificantes, baterias, materiais eletrônicos produtos de limpeza e escritório, equipamentos e peças para manutenção de equipamentos de embarcações ou viaturas terrestres; material de combate a incêndio; equipamentos de proteção individual, dentre outros. Eventualmente poderão ser transportados outros itens compatíveis com as classes de suprimento do exército, conforme manual EB70-MC- 10.359.

Embalagens

5.7. Os volumes a serem transportados serão disponibilizados à Contratada adequadamente embalados e identificados conforme regulação contida no caderno de instrução EB40-CI-10.900 (PREPARAÇÃO DE CARGAS PARA O TRANSPORTE) e demais normatizações correlatas.

5.8. Quaisquer discrepâncias observadas por ocasião do recebimento da carga, em especial as que possam comprometer o seu conteúdo durante a prestação do serviço, deverão ser comunicadas pelo preposto da Contratada ao Fiscal do Contrato antes do seu carregamento nos veículos transportadores.

5.9. Serão preferencialmente utilizados os seguintes tipos de embalagens:

5.9.1. Para cargas de até 20 Kg caixas de papelão;

5.9.2. embalagens plásticas ou metálicas;

5.9.3. caixas e engradados de madeiras;

5.9.4. unitizada em pallets;

5.9.5. envolvidas em papel pardo ou plástico bolha; ou

5.9.6. tambores.

5.10. Deverão ser respeitadas as recomendações constantes nas embalagens, incluindo o empilhamento máximo recomendado pelo fabricante.

Containers

5.11. Serão utilizados os containers secos de 20 e 40 pés do tipo Dry ISO Standard.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual, entretanto o mesmo deverá manter canal de comunicação diariamente livre com a CONTRATANTE para sanar dúvidas, solucionar problemas e atender possíveis demandas..

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

Agente Responsável pelo Controle Patrimonial da Carga

6.22. A carga deverá ser controlada patrimonialmente por encarregado previamente definido pela Administração, podendo este ser o próprio Fiscal Técnico do contrato, caso este seja diretamente vinculado à Nota de Empenho emitida, cabendo ao agente os seguintes procedimentos:

6.22.1 conferência e ateste de que toda carga lançada na Guias de Transporte está devidamente armazenada dentro do container;

6.22.2. fechamento e colocação do lacre naval e lançamento de sua numeração na Guia de Transporte por ocasião da entrega do container à contratada com a presença obrigatória de preposto da Contratada;

6.22.3. recebimento do container lacrado no local de destino em coordenação de datas e horários com a contratada;

6.22.3.1. para a execução do item anterior, o agente responsável pela carga deverá comunicar ao Gestor do Contrato com 5 dias de antecedência da chegada da carga no destino para que seja providenciada a aquisição de passagens e pagamentos de diárias, conforme o caso.

6.22.4. entrega da carga ao Órgão de destino por meio de conferência detalhada e ateste da documentação pertinentes.

6.23. Antes da passagem carga para a tutela da CONTRATADA, o Encarregado devará exigir, receber e conferir a validade das documentações referentes ao seguro da carga conforme descrito no item 4.33 a 4.37 e remete-las ao Gestor do Contrato para devida conferência e liberação do serviço.

6.24. **Somente após a liberação feita pelo Gestor Contratual que a carga estará livre para transporte pela contratada.**

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato ou o Encarregado pelo Controle Patrimonial da Carga (Encarregado da Carga) realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O Fiscal Administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.6.1. o fiscal técnico do contrato, auxiliado pelo Encarregado da Carga, deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.23.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.23.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.28. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 7.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/11/2025.

7.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, por ocorrência.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, por ocorrência.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, por ocorrência.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, por ocorrência.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **05% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, por ocorrência.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à

pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18. A licitante deverá apresentar as seguintes documentações:

9.18.1. para habilitação das atividades no modal rodoviário: ato de autorização para o exercício da atividade de transporte de cargas expedido por meio Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres, instituído pela Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007 e suas atualizações.

9.18.2. para habilitação das atividade no modal aquaviário: ato de autorização ou permissão para o exercício da atividade de transporte de cargas, expedido por meio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários conforme Resolução Normativa Antaq nº 05, de 23 de fevereiro de 2016 e suas atualizações.

9.18.3. Nos casos de subcontratação, a licitante deverá apresentar documentações que comprovem sua capacidade de realizar contratação com empresas que possuam os requisitos descritos nos itens acima, tais como contratos vigentes ou encerrados, notas fiscais dentro do mesmo prazo, carta de solidariedade ou documentação comprobatória correspondente, bem como comprovar o registro de tais empresas junto aos devidos Órgãos Regulatórios.

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo** de 5% do **valor total estimado da contratação**.

9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.38. **Declaração de que o fornecedor** tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente ANTT ou ANTAQ ou Órgão que autorize seu funcionamento dentro das atividades de Transporte Rodoviário e Aquaviário seja em sua execução direta ou indireta em caso de subcontratação.

9.39.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.40. Em caso de subcontratação, a licitante deveá seguir os mesmos procedimentos descritos do item 9.18.3.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.41.1.2. ao menos 02 (dois) contratos cujo objetos sejam o transporte de cargas em containers por modal aquaviário e rodoviário para ao menos 02 destinos descritos elencados na descrição dos itens do presente certame, podendo ser 01 (um) contrato para cada modal emitidos no CNPJ da licitante ou da entidade emitente da carta de solidariedade.

9.41.1.1.3. para a comprovação dos itens acima, serão aceitas documentações comprobatórias correspondentes, tais como notas fiscais, notas de empenho executadas, entre outros.

9.41.1.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.41.1.6. No caso de empresas com data de criação anterior aos 2 (dois) últimos exercícios, apresentar comprovação de que seu quadro societário e/ou de funcionários possui experiência mínima de 04 anos na atividade contratada, por meio de contratos de trabalho anteriores, especializações, atestes em carteira de trabalho, declarações de entidades empregadoras e qualquer outro instrumento legal que comprove tal experiência.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 4.144.031,27 (quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil, trinta e um reais e vinte e sete centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*

10.4. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

ANEXOS:

- ANEXO I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
- ANEXO II - Termo de Ciência e Concordância
- ANEXO III - Estudos Técnicos Preliminares
- ANEXO IV - Requisição de Transporte de Carga - RTC
- ANEXO V - Termo de Avaria Circunstanciado
- ANEXO VI - Modelo de Planilha de Custos d Formação de Preços
- ANEXO VII - Orientações para elaboração de proposta;

Rio de Janeiro, RJ data conforme assinatura eletrônica.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá prazo de dias úteis contado a partir da data de sua convocação, 03 (três) para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho ou Carta Contrato ou Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. . O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de *20 dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

3.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

3.1.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração em contato direto com a Administração para representá-lo na execução contratual.
- 4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- 4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.2. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.3. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.4. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.5. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.6. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.8. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.9. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.10. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.11. *Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*
- 4.12. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 5.2. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.
- 5.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

5.4. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.6.3. Indenizações e multas.

5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Subseção Judiciária da Justiça Federal localizada na mesma cidade para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90003/2005, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Chefe do Setor de Licitações

MATHEUS MENDES MOTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/10/2025 às 15:32:28.

Despacho: Chefe do setor de Gestão do Órgão

LUCIANO DE BRITO NINCK MENDONCA JUNIOR

Membro da comissão de contratação